

3 PRIORIDADES PARA A RESILIÊNCIA NACIONAL

Principais conclusões da

1ª CONFERÊNCIA PARA RESILIÊNCIA NA REGIÃO DE LISBOA: *"REGENERAR E EVOLUIR FACE A MÚLTIPLOS RISCOS GLOBAIS"*

PROSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL E ÂMBITOS PRIORITÁRIOS PARA A RESILIÊNCIA

www.ars-rlx.org | ars_rlx@zoho.com

Associação para a Resiliência da Região de Lisboa © 2017



Iniciativa Cívica
para a Resiliência



Think Tank

Disclaimer: Este relatório é um documento de prospectiva, nesse sentido procura identificar e prospectar tendências de desenvolvimento com o objectivo de aprofundar cenários futuros pela sua utilidade informativa. Nesse sentido não se afirma a previsão de quaisquer eventos mas sim a sua plausibilidade e probabilidade afim de haver uma consideração dessas ou outras possibilidades emergentes e uma melhor preparação para o futuro. As afirmações constantes deste documento são da responsabilidade da ARS-Direito ao Futuro. ARS-DF agradece a todos presentes na conferência e aqueles que ajudaram na elaboração deste relatório.

DEFINIÇÃO GENÉRICA DE RESILIÊNCIA: Preservação de funções fundamentais de qualquer sistema, face a choques ou tendências que comprometem integridade e o funcionamento desse sistema.

DEFINIÇÃO DE RESILIÊNCIA SOCIAL: Capacidade dos indivíduos, famílias, comunidades, regiões e países para a absorção e recuperação de crises pontuais ou sistémicas, mantendo o seu nível e as suas capacidades de desenvolvimento.

INTRODUÇÃO:

Este relatório é um documento de perspectivas de desenvolvimento global, que inclui uma análise de implicações sociais, económicas, ambientais e políticas ao nível nacional, bem como a identificação dos âmbitos de acção prioritários para a resiliência nacional face a riscos emergentes.

O mesmo considera com o máximo de detalhe possível as contribuições dos vários intervenientes na conferência, enquadrando as mesmas no modelo de análise da **Associação para a Resiliência da Região de Lisboa (ARS-DF)**¹ e foca-se nas dimensões que se identificaram como prioritárias em termos de gestão de riscos globais.

Em particular, considera-se que para i) promover a estagnação da emigração forçosa e ii) defender funções ambientais ou industriais críticas; é prioritário promover: **a) a integridade democrática, b) o domínio dos processos de globalização** que originam a parte mais significativa dos riscos a que estamos sujeitos, bem como **c) promover o fim dos sucessivos colapsos económicos** que se verificam.

No sentido em que últimos mencionados são âmbitos supervenientes, que se não forem devidamente abordados, muito provavelmente irão comprometer quaisquer esforços que se façam para a promoção da resiliência sistémica ao nível da Região de Lisboa.

Assim a **ARS-DF** deverá agir, em termos de *Advocacy* ao nível nacional, nos três âmbitos prioritários aqui propostos. Na medida em que a mobilização sobre os mesmos tornará mais eficazes as acções locais para a resiliência que se pretendem empreender. Enquanto isso deverá continuar a promover acções concretas que considera prioritárias ao nível local: em particular a Minimização da Emigração forçosa e a implementação de Soluções Progressivas para a Defesa de Recursos.

1 Brochura ARS – Direito ao Futuro: https://cleandevlopmentarchitecture.files.wordpress.com/2016/06/ars_pvc_site_out.pdf

É PROVÁVEL UM AUMENTO PROGRESSIVO DA PRESSÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E AMBIENTAL INTERNACIONAL. O PAÍS DEVE PREPARAR-SE JÁ.

Através da análise interdisciplinar e de longo prazo, dos principais indicadores de sustentabilidade global (população, reservas de água potável e coesão económica), identificou-se que:

- está em curso uma tendência global para a escassez hídrica que até 2025 deixará 1.8 mil milhões de seres humanos em escassez de água absoluta e até 2050 o mundo numa provável crise hídrica globalⁱ.
- ainda que estes indicadores apresentem uma ligeira desaceleração, este conhecido principio de degradação ambiental é acelerado, insustentável e comum à maior parte dos sistemas ambientais terrestresⁱⁱ.
- cumpre no entanto ressalvar os sólidos esforços políticos e económicos que tem sido feitos para o desenvolvimento sustentável e que vão abrindo caminho a uma nova revolução industrial (pós-petróleo e digital) com um potencial tremendo de estabilização ambientalⁱⁱⁱ.
- contudo, como se verifica no âmbito das alterações Climáticas o aproveitamento deste dividendo positivo, que cumpre aproveitar, está longe de estar garantido e ainda aquém do necessário^{iv}.
- **nesse sentido, identifica-se a persistência de uma tendência global de degradação ambiental, acompanhada de uma progressiva pressão económica sobre recursos básicos que, num mundo pautado por desigualdades extremas^v e um crescimento populacional acelerado^{vi}, pode excluir biliões de pessoas do acesso a recursos básicos numa questão anos.**
- em particular as tendências identificadas em cada um dos principais indicadores analisados: **i)** escassez de recursos, **ii)** desigualdade extrema e **iii)** aumento dramático de população, implicam sobretudo o contínuo agravamento do potencial de conflito ao nível global^{vii viii ix}.
- este com particular incidência em países onde o potencial se acumula; *i.e.* países com escassez de recursos naturais críticos (ex.: água), maiores desigualdades ao nível global e interno e com populações maiores, mais jovens e sectárias. Nomeadamente no Norte de Africa e no Médio Oriente^x. (Note-se que na Síria, antes do início da guerra-civil, houve cinco anos da mais severa seca de que há registos, levando a 1.5 milhões de deslocados internos.^{xi})
- por conseguinte, para além do que já se verifica, poder-se-à esperar um aumento contínuo da instabilidade política onde estes factores de potencial de conflito se acumulam e são mais negativos (ex.: Egipto, Turquia). Tal poderá acontecer até a um ponto em que outros regimes provavelmente colapsem e paralelamente, existam novos fenómenos de migrações forçadas que implicarão uma alteração substancial da distribuição de população original.

- se nada for feito para aliviar o potencial de conflito, esse processo é extremamente provável e será acompanhado do aumento progressivo da pressão sobre os países com mais recursos, maior desenvolvimento económico e proximidade geográfica, em particular a Europa, mas também a Rússia e o Centro de África.
- nesse sentido, as pressões migratória, política, económica e ambiental sobre a Europa decorrentes dessa instabilidade regional, tendem a aumentar. Tende também a aumentar a transferência de riscos da Europa para Portugal através de novas pressões económicas, como cedência Europeia à conjuntura global. Nomeadamente, o risco de retração progressiva de fundos estruturais europeus no curto prazo e o risco de escassez hídrica entre Portugal e Espanha no médio prazo, dada a sobre-exploração das bacias hidrográficas (principalmente na sua origem em Espanha^{xii}).

COMO NOS PODEMOS PREPARAR:

- em primeiro lugar, além das tendências inerentes aos principais indicadores analisados, cumpre considerar as principais implicações políticas e sistémicas inerentes a uma tendência global de escassez. Nomeadamente o potencial acumulado de conflito e os complexos processos de transferência de riscos globais.
- em segundo lugar cumpre considerar um enquadramento de gestão estratégica destes riscos, que no caso se propõe como expansão da estrutura básica de análise de sustentabilidade (Dimensão Social, Ambiental e Económica) à qual se acrescentam duas novas dimensões: a) a Dimensão Sistémica relativa à gestão dos processos complexos de transferência de risco e b) a Dimensão Política, relativa à preservação da estabilidade social e de regime (Tabela 1).
- em terceiro lugar cumpre também identificar as funções fundamentais a preservar (FFPs) em cada uma das dimensões, bem como as respectivas acções prioritárias que devem ser desenvolvidas ao nível local para contribuir para a preservação dessas funções fundamentais e por conseguinte para resiliência sistémica.
- e por fim cumpre considerar um modelo de análise integrada, de risco e de produtividade, fundamental para avaliar as tendências ou para o colapso ou para a resiliência (no caso baseado em Rockstrom *et al.* (2009)²) [Fig 1].

2 Rockstrom *et al*, Planetary boundaries:exploring the safe operating space for humanity. Ecology and Society **14**(2): 32. pág. 4 e pág. 22 ; url: <http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>



Tabela 1: Enquadramento de gestão estratégica de resiliência. **Fig. 1:** Modelo de análise integrada de resiliência (diagrama conceptual)

- Em particular, da análise dos factores que comprometeram o desenvolvimento sustentável do país, nomeadamente o recente colapso financeiro e a correspondente emigração forçosa de centenas de milhares de portugueses, identificou-se que: este comprometimento não se deu por carência de recursos ou instabilidade social, mas sim enquanto colapso às pressões do sistema financeiro global que encontraram caminho nas vulnerabilidades do regime democrático nacional, incluindo na falta de capacidade da sociedade civil promover a integridade do regime democrático.
- nesse sentido, sem prejuízo de reconhecer a urgência de acção nas demais dimensões, cumpre sublinhar enquanto âmbito prioritário para a resiliência a reversão do processo que permitiu este colapso económico e comprometeu o desenvolvimento sustentável do país. Ou seja cumpre: **i)** promover a mobilização da sociedade civil para a defesa da qualidade na gestão do interesse público, **ii)** consciencializar a sociedade como um todo para as tendências de escassez, de complexidade e capacita-la para a revolução industrial verde e digital, e principalmente cumpre **iii)** promover a integridade do regime democrático. Pois estes são âmbitos de acção supervenientes que se não forem devidamente abordados muito provavelmente irão comprometer qualquer acção local para a resiliência que se possa desenvolver.
- Por conseguinte destacam-se três campos de acção que se consideram prioritários para a resiliência nacional: **1) a Consolidação Democrática** enquanto factor crítico de estabilidade e desenvolvimento social, **2) a Cibersoberania** enquanto factor crítico de retenção de autonomia e controlo num mundo em evolução complexa e **3) a Monitorização Financeira Independente** enquanto factor crítico de integridade na defesa do interesse público e âmbito de intervenção cívica prioritário. Abaixo aprofundam-se um pouco e esclarece-se a sua importância.

1) CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA:

- Tendo em conta o potencial de conflito (que constitui o principal risco, comum aos indicadores analisados) e a identificação da integridade³ dos órgãos de governação e do funcionamento da justiça enquanto factores críticos de estabilidade perante potenciais conflitos,
- conclui-se que é fundamental promover e aprofundar a integridade da nossa democracia e o funcionamento da justiça. Ou seja aprofundar a legitimidade da Democracia da Republica Portuguesa, dado que esta legitimidade é um factor crítico de estabilidade social, coesão económica e fundamental para o aproveitamento de possibilidades desenvolvimento perante a multiplicação de crises globais.
- Dar por garantida a estabilidade social e do sistema político português é uma ilusão que nem a sociedade civil e muito menos os líderes da república se podem dar ao luxo de ter.
- No nosso contexto governativo, em que existem flagrantes conflitos de interesse e recorrentes suspeitas de corrupção nos mais altos níveis e cargos sociais, a erosão da legitimidade da administração da república dá-se com particular simbolismo e gravidade.
- Com a erosão da legitimidade dá-se o comprometimento das vantagens competitivas da democracia ou seja, do potencial de desenvolvimento social e económico do país, da estabilidade de regime ou mesmo a médio prazo da sua própria sobrevivência.
- **É crítico, então, que fique claro para todos os sectores da sociedade e em particular para a sociedade civil e líderes da República que, face a um contexto de múltiplas e agravadas crises globais, qualquer comprometimento da legitimidade da democracia tem consequências cada vez mais graves e irrecuperáveis.**
- Nesse sentido o colapso do regime democrático é uma possibilidade real senão houver verdadeiro sentido de estado e de cidadania.
- É assim prioritário que os líderes da república preservem a sua integridade e defendam a legitimidade da democracia a todo o custo e que a sociedade civil cumpra o seu há muito devido papel de prevenção, denuncia, exigência e consciencialização da integridade democrática e da justiça efectiva no contexto democrático.

3 (ex.: Adequação de qualificações e mérito, Ausência de: *Lobbying*, Conflitos de Interesses, Tráfico de Influências, Corrupção, em particular ao nível de executivos públicos)

2) CIBERSOBERANIA:

- Reconhecendo também que os riscos emergentes de um desenvolvimento global complexo requerem a reflexão sobre as estratégias necessárias para manter o controlo e a autonomia nesse contexto.
- Que estas estratégias têm de descrever eficazmente e de algum modo prever os processos globais de transferência de risco entre regiões, nações, instituições, etc., que são próprios da globalização.
- Identificou-se que, por um lado os riscos e transferências de risco ao nível global são fundamentalmente um fenómeno social (*i.e.* derivado do desenvolvimento humano) que pode ser enquadrado nos níveis global, regional, nacional e local, nas esferas política, económica, social, ambiental e tecnológica. E por outro identificou-se que as tecnologias de informação e comunicação providenciam múltiplos instrumentos para a gestão eficaz dos riscos emergentes (Ex: Modelos globais de informação incluindo de informação geográfica global; Modelação de agentes sociais; Teorias do jogos; Teorias de redes e da complexidade, Inteligência artificial, etc.).
- **Nesse sentido, a análise da globalização, dos sistemas e dos riscos associados pode ser enquadrada nas Ciências de Gestão e Comunicação das sociedades isto é nas ciências Sócio-cibernéticas (às quais superpotências como os Estados Unidos, Rússia e a China, bem como os mercados financeiros, recorrem para competir com vários países, nomeadamente Portugal).**
- Em particular, identifica-se o ciberespaço enquanto componente estrutural dos processos globais e por conseguinte uma dimensão na qual parte significativa dos riscos globais podem ser geridos.
- Assim é fundamental compreender a natureza do ciberespaço enquanto: **a)** descrição poderosa da realidade, **b)** hiper-fórum catalisador de inovação, de desenvolvimento social e económico, **c)** composto primordialmente pela mente dos indivíduos que nele comunicam. Mas também compreender as principais ameaças inerentes: **1)** intercepção, vigilância e processamento massivos das comunicações nacionais, **2)** da respectiva apropriação do seu valor intrínseco, **3)** manipulação massiva dos *feeds* de informação nos média sociais, com base nos quais os indivíduos e instituições comunicam e tomam decisões; **4)** a promoção da desinformação, **5)** intercepção de estados sociais anímicos ao nível nacional ou particular ou mesmo **6)** a promoção do contágio emocional massivo (ex: propagação de elementos negativos no Facebook, portais agregadores de notícias, ...)
- Considera-se esta compreensão conceptual e ética do mundo cibernético por parte de todos os sectores da sociedade⁴ um factor crítico de sucesso na defesa dos interesses nacionais, soberania no ciberespaço e um factor crítico de sucesso da presença do país na “Industria 4.0” enquanto âmbito de recuperação social e económica.

⁴ Estado, Banca, Universidades, Empresas e Sociedade civil

3) MONITORIZAÇÃO FINANCEIRA INDEPENDENTE:

- Em terceiro lugar, reconhece-se o colapso económico do país enquanto âmbito de acção prioritário para a resiliência sistémica e para a prevenção relativa ao aumento de pressões geo-políticas.
- Identificou-se que este colapso teve como gatilho a crise do *subprime* e como origem a cedência do sistema financeiro nacional a pressões externas e a vulnerabilidades internas.
- Identificou-se que esta crise se deu:
- Em primeiro lugar, enquanto cedência do sistema nacional face a um desenvolvimento exponencial na indústria financeira de maior peso sistémico (EUA), cujas principais componentes foram: **a) o lobbying** para a desregulação de mercado; **b) a inovação tecnológica**, em particular a Internet e a negociação de alta frequência, que permitiram que para além da banca, inúmeros pequenos gestores de fundos gerissem biliões de \$US à “distância de um click” e **c) a Banca obscura** enquanto a exploração por parte da industria financeira de um vazio de regulação financeira global e que permitiu que à data da crise 9.4 vezes o PIB mundial estivesse em derivados financeiros fora de qualquer perímetro de regulação.
- E em segundo, enquanto cedência nacional a “Ataques” de mercado (práticas agressivas de transferência de risco) e às “Vulnerabilidades” internas enquanto condições não forçadas de exposição ao risco:

Ataques	Práticas Agressivas	Ilegais
Estado	<i>Vendas de Activos Tóxicos (SWAPS) / Austeridade (Troika)</i>	<i>“Cartelização” dos Média Especializados? (estereótipo PIGS) Manipulações de Mercado</i>
Banca	<i>Alavancagem excessiva / Instrumentos Complexos / Negociação de Alta Frequência</i>	<i>Banca Obscura / Paraísos Fiscais</i>
Vulnerabilidades	Práticas Agressivas	Ilegais
Estado	<i>Rent Seeking (“Rentismo” em Parcerias Publico/Privadas)</i>	<i>Conflitos de Interesse / Corrupção</i>
Banca	<i>Empréstimos sem garantias</i>	<i>Lobbying / Ocultação de Passivo</i>

- Resumidamente conclui-se que, a crise financeira nacional foi fruto: 1) da fraca competência, incúria e corrupção dos gestores públicos tanto ao nível empresarial do estado como ao nível do estado em si, 2) do endividamento sistémico do estado, 3) do comportamento de usura da banca e 4) da incapacidade de supervisão do Banco de Portugal. Isto num processo de múltiplas e colossais transferências de risco nas quais o contribuinte (principal accionista) não se encontrava devidamente defendido pelos responsáveis, em particular por aqueles com maiores responsabilidades políticas e institucionais.

- **Identifica-se então a necessidade de um enquadramento de monitorização independente da integridade e adequação do sistema financeiro nacional às realidades evolutivas dos mercados internacionais.**
- Apela-se por conseguinte às instituições cívicas, que abordam o sector financeiro, a coordenação e colaboração em torno do desenvolvimento deste enquadramento a fim de:
 - Monitorizar e responsabilizar conflitos de interesse, influência legislativa e *lobbying*.
 - Monitorizar a eficácia dos reguladores e dos instrumentos de regulação de mercado, nomeadamente:
 - Enquadramento (global) regulamentar bancário Basel III (no qual Portugal não tem influência política directa): União Bancária Europeia e Capacidade de regulação instalada (ao nível nacional).
 - Promover o desenvolvimento tecnológico para a regulação eficaz do sistema financeiro
 - Monitorizar a banca obscura ao nível global
 - Desenvolver um sistema de monitorização de risco financeiro independente a fim de:
 - i) analisar riscos e oportunidades no sector, ii) comunicar de forma eficaz estes riscos e estas oportunidade a todos os membros da sociedade e ii) promover a recuperação e inovação responsável na industria financeira.
- Tal enquadramento constituirá o primeiro passo para a criação de uma perspectiva independente sobre as políticas públicas relacionadas com os mercados; bem como um contributo para o aumento da resiliência macro-económica e para o aumento da influência do país no sistema financeiro global.

- i Palaniappan M. , Gleick P. (2008) “Peak Water” Worlds Water 2008-2009 IChap. 1 Pág. 1 Island Press. Dezembro 2008
- ii Rockstrom *et al*, “Planetary boundaries:exploring the safe operating space for humanity”. pág. 4 e pág. 22 Ecology and Society **14** (2): 32. ; url: <http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>
- iii ARS-Direito ao Futuro (2016). 1ª Conferência para a Resiliência na Região de Lisboa. Apresentação Dr. Mário Baptista Coelho “Portugal e em particular a Região de Lisboa na presente recta final da Revolução Industrial – Desafios imensos e oportunidades raras (em matéria de recursos e energia” ARS-DF (24 de Novembro, de 2016)
- iv UNEP (2016). “The emissions Gap Report 2016”. pág. xiii United Nations Environment Programme (UNEP) Nairobi
- v Lakner C., Milanovic B. (2013) “Global Income Distribution from the fall of the Berlin wall to the Great Ression“ pág. 3 Policy Research Working Paper 6719 World Bank December 2013
- vi Organização das Nações Unidas (2013) “World population prospects 2012 revision” pág. xv Nações Unidas / Divisão da População / Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Junho de 2013
- vii Ddamulira Robert, “Conflict from Environmental Stress: The New Leading Cause of Human Conflict” *Vilage Volunteers.org* <https://www.villagevolunteers.org/resources/sustainable-village-library/environment/> acedido em 27 Setembro 2016
- viii Williams R. (2012) “When do Inequalities cause conflicts ? Focus on citizenship and property rights” The Broker Think Net Dezembro 2012 <http://www.thebrokeronline.eu> acedido em 27 Setembro 2016
- ix Population Institute (12 de Julho de 2007) “Overpopulation may lead to conflit” Population Institute <https://www.populationinstitute.org/newsroom/press/view/20/> acedido em 27 Setembro 2016
- x Rockstrom, J., M. Falkenmark, L. Karlberg, H. Hoff, S. Rost, and D. Gerten (2009), “Future water availability for global food production: The potential of green water for increasing resilience to global change” pág. 9 Water Resour. Res., 45, W00A12, doi:10.1029/ 2007WR006767.
- xi ARS-Direito ao Futuro (2016). 1ª Conferência para a Resiliência na Região de Lisboa. Apresentação Carolina Bastos Uni. Minho “Alterações Climáticas e Migrações Forçadas” ARS-DF (24 de Novembro, de 2016)
- xii UNEP (2004) Water Scarcity Index <http://www.unep.org/dewa/vitalwater/article77.html> acedido a 21 de Dezembro 2016



© Associação para a Resiliência da Região de Lisboa , 10 de Janeiro 2017

www.ars-rlx.org

ars_rlx@zoho.com